



II Encontro de Pesquisa Educacional em Pernambuco

Objetos de Investigação e Inserção Social

Recife, 1 a 3 de dezembro de 2008

PARCERIAS EM EDUCAÇÃO: O CASO DO GINÁSIO PERNAMBUCANO

João Carlos Zirpoli Leite
(UFPE)

RESUMO

Nas duas últimas décadas, as parcerias entre representantes do setor público e do setor privado vem sendo objeto de estudo dos pesquisadores no campo do financiamento da educação. Esses estudos tomaram maior impulso com a política instaurada no Brasil, no período do governo de Fernando Henrique Cardoso – 1994/2002 - quando se desenha, no plano institucional, a reforma gerencial do aparelho de Estado, que acendeu o debate em torno das parcerias. Estudos realizados dão conta de que, apesar dos limites claramente estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, quando se elevou o percentual orçamentário da União destinado à educação de 13% para 18%, os recursos que chegam até o destinatário final nem sempre atingem o percentual fixado. Uma das explicações deve-se ao fato de que a lei prevê parcerias com a iniciativa privada, o que, na prática, significa repartir recursos com esse setor. Nessa perspectiva, a diminuição desse percentual muitas vezes deve-se aos próprios descontos oficiais. Esses processos nos levam a suscitar algumas questões: quais são as vantagens e desvantagens desses acordos? Por que e de que maneira foram instituídos os incentivos públicos e como são passados à seara das empresas privadas? Como está conveniada a relação de troca entre os entes públicos e privados? Quem ganha e quem perde com essas parcerias? Entende-se que o tema merece assim, uma investigação mais cuidadosa, pois parceria, além de ser estratégia audaciosa dos entes que defendem a intervenção mínima do Estado na sociedade, tornaram-se hoje, segundo alguns, uma necessidade do Estado, pelos compromissos assumidos com a população, já que, na maioria das vezes, faltam recursos para o setor público desempenhar suas obrigações estabelecidas pela Constituição Federal. Este trabalho se propõe a investigar a forma como se materializou o processo de parcerias no setor da educação do Estado de Pernambuco, no período compreendido entre 1998 a 2006, quando se iniciou um estreitamento das relações entre governo e iniciativa privada em decorrência do modelo gerencial aludido. Para encontrar respostas a tais questões, pretende-se investigar, no sistema educacional de Pernambuco, no período de 1998 a 2006, de que modo as parcerias entre a Secretaria de Educação e o setor privado foram firmadas, focalizando o processo ocorrido com o Ginásio Pernambucano (GP) e atual Centro Experimental, tradicional escola situada no Recife. Busca-se compreender o processo de reforma dessa escola-modelo do passado e as razões que motivaram o governo estadual (1998 a 2006) a propor um projeto de reforma para o Ginásio. Partindo de um estudo de caso, iremos identificar a legalidade dos acordos, as relações estabelecidas com as empresas privadas, bem como os critérios estabelecidos para a seleção do corpo docente e discente. Analisaremos também como os gestores e professores à época conceberam esta reforma. Iremos nos utilizar da pesquisa bibliográfica e análise documental na primeira fase da pesquisa. Na segunda fase serão realizadas entrevistas com os gestores à época, bem como com os empresários responsáveis pela reforma do Ginásio. Também serão visitados os atores que hoje atuam no reformado Ginásio e atual Centro Experimental, com o intuito de verificar o que realmente foi modificado durante e depois do período de mudança na gerência da república. A pesquisa será concluída ao longo de dez meses e espera-se estabelecer a convergência entre o processo de reforma do Ginásio Pernambucano e as políticas de parcerias entre o setor público e privado, pretendendo, no final, responder aos questionamentos que foram propostos.

PALAVRAS-CHAVE: Público-privado. Parceria. Estado-mercado . Financiamento público.

